

estudos e pesquisas

Nº 47 – Agosto de 2009

Balanço das Negociações dos Reajustes Salariais no Primeiro Semestre de 2009

Balanço das negociações dos reajustes salariais no primeiro semestre de 2009

As negociações salariais de 245 categorias com data-base no primeiro semestre de 2009 registraram melhores resultados que os apurados em 2008, segundo levantamento realizado a partir de dados reunidos pelo Sistema de Acompanhamento de Salários (SAS), mantido pelo DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Os resultados considerados para este ano referem-se a um grupo de categorias idêntico ao estudado em 2008.

Para este painel, em 2009, o percentual de negociações com reajustes iguais ou acima do INPC-IBGE¹ ficou próximo a 93%, enquanto no ano anterior, 87% haviam apresentado desempenho positivo. Este quadro confirma que, de maneira geral, a crise mundial teve pouco efeito sobre os resultados para este item de pauta, nas negociações coletivas.

A constituição de um painel fixo de categorias baseado no levantamento de 2008, é a principal alteração metodológica incorporada ao presente estudo, em relação aos balanços anteriores. Assim, o SAS-DIEESE registrará, em 2009, apenas as unidades de negociação que constem do painel fixo. Para a análise, serão consideradas somente as negociações com informação de reajustes nos dois anos².

As alterações visam aprimorar o estudo dos reajustes salariais, uma vez que permitirão comparações históricas mais consistentes do comportamento das negociações coletivas.

Resultados

No primeiro semestre de 2009, aproximadamente 77% dos reajustes salariais analisados ficaram acima do INPC-IBGE. No ano anterior, a proporção foi relativamente menor: cerca de 72%, 5 pontos percentuais (pp) a menos. Quanto aos reajustes iguais ao índice, observa-se um aumento de 1 pp em 2009. Dito de outra forma, houve significativa redução na proporção dos reajustes insuficientes para recuperar o poder de compra dos salários em 2009.

Outro dado que se destaca no primeiro semestre deste ano é a maior ocorrência de aumentos reais acima de 4%. No entanto, houve, também, uma acentuada concentração dos reajustes em patamares bastante próximos ao índice inflacionário. Isto se constata,

¹ Índice Nacional de Preços ao Consumidor medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, principal índice inflacionário utilizado nas negociações salariais de todo o país.

² Em 2008, foram registrados 487 reajustes salariais relativos ao primeiro semestre. Destes, 309 foram objeto de estudo do balanço do primeiro semestre e 178, incorporados à análise do balanço anual. Para o presente estudo, foram obtidos 245 reajustes. Os faltantes serão inseridos no painel do SAS-DIEESE à medida que forem captados, e integrarão o estudo do balanço anual.

principalmente, pela queda no número de reajustes localizados na faixa de 1,01% a 2% de ganhos reais (30 a menos na comparação entre os dois anos) e pelo aumento no número de reajustes localizados na primeira faixa de aumento real, o que representa 35 a mais segundo a mesma comparação (Tabela 1).

Desta forma, é possível descrever o comportamento dos reajustes em 2009, na sua comparação com 2008, por meio de três movimentos: um, de redução no percentual de reajustes abaixo do INPC-IBGE; outro, de aumento na proporção de reajustes iguais ou pouco acima desse índice; e um terceiro, de crescimento no número dos reajustes nas maiores faixas de ganho real.

TABELA 1
Distribuição dos reajustes salariais em comparação com o INPC-IBGE
Brasil - 2008 e 2009

Variação	2008		2009	
	nº	%	nº	%
Acima do INPC-IBGE	177	72,2	188	76,7
Mais de 5% acima	-	-	4	1,6
De 4,01% a 5% acima	2	0,8	4	1,6
De 3,01% a 4% acima	7	2,9	6	2,4
De 2,01% a 3% acima	14	5,7	15	6,1
De 1,01% a 2% acima	75	30,6	45	18,4
De 0,01% a 1% acima	79	32,2	114	46,5
Igual ao INPC-IBGE	36	14,7	39	15,9
De 0,01% a 1% abaixo	28	11,4	16	6,5
De 1,01% a 2% abaixo	4	1,6	2	0,8
Abaixo do INPC-IBGE	32	13,1	18	7,3
Total	245	100,0	245	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Resultados segundo os setores econômicos

Dos três setores de atividade analisados, a indústria mostrou uma redução na magnitude dos aumentos reais em relação a 2008 enquanto o setor serviços registrou o avanço no total de documentos com ganhos maiores em 2009.

A indústria foi o setor que mais sofreu com a redução da atividade econômica causada pela crise internacional. Neste setor, observa-se aumento no percentual de reajustes salariais inferiores ao INPC-IBGE, que passou de 6% em 2008, para 9% em 2009; e uma redução significativa na magnitude dos aumentos reais. Isto pode ser constatado pelo aumento na proporção dos reajustes localizados na faixa de ganho real de até 1% – que passa a concentrar cerca de 58% das informações – e na redução no número de reajustes com ganhos reais superiores, em especial na faixa de 1,01% a 2% acima do INPC-IBGE.

Ainda assim, é no setor industrial que se observa a maior proporção de negociações que resultaram em aumentos reais de salários (83%), percentual muito próximo ao verificado em 2008 (Tabela 2).

TABELA 2
Distribuição dos reajustes salariais na indústria em comparação com o INPC-IBGE
Brasil - 2008 e 2009

Variação	2008		2009	
	nº	%	nº	%
Acima do INPC-IBGE	83	84,7	81	82,7
Mais de 5% acima	0	-	1	1,0
De 4,01% a 5% acima	1	1,0	0	-
De 3,01% a 4% acima	4	4,1	1	1,0
De 2,01% a 3% acima	5	5,1	3	3,1
De 1,01% a 2% acima	46	46,9	19	19,4
De 0,01% a 1% acima	27	27,6	57	58,2
Igual ao INPC-IBGE	9	9,2	8	8,2
De 0,01% a 1% abaixo	5	5,1	8	8,2
De 1,01% a 2% abaixo	1	1,0	1	1,0
Abaixo do INPC-IBGE	6	6,2	9	9,3
Total	98	100,0	98	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Dentre os 31 documentos assinados por entidades sindicais representativas dos comerciários, somente um apresentou reajuste insuficiente para a reposição das perdas salariais em 2009, dado que evidencia uma melhora em relação a 2008 e corresponde a um dos movimentos citados para o painel geral dos reajustes. Quanto à distribuição dos demais reajustes, observa-se um movimento de crescimento no número de reajustes iguais ao INPC-IBGE e nas faixas superiores de ganho real (Tabela 3).

TABELA 3
Distribuição dos reajustes salariais no comércio em comparação com o INPC-IBGE
Brasil - 2008 e 2009

Variação	2008		2009	
	nº	%	nº	%
Acima do INPC-IBGE	25	80,6	24	77,4
De 3,01% a 4% acima	0	-	2	6,5
De 2,01% a 3% acima	0	-	1	3,2
De 1,01% a 2% acima	11	35,5	7	22,6
De 0,01% a 1% acima	14	45,2	14	45,2
Igual ao INPC-IBGE	2	6,5	6	19,4
De 0,01% a 1% abaixo	4	12,9	1	3,2
Abaixo do INPC-IBGE	4	12,9	1	3,2
Total	31	100,0	31	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

O setor de serviços apresenta a maior mudança no quadro dos reajustes salariais na comparação entre 2008 e 2009. Neste ano, cerca de 72% das negociações analisadas do setor obtiveram reajustes com incorporação de aumentos reais, o que implica um crescimento da ordem de 12 pp em relação a 2008 – o maior na comparação entre os setores. Nota-se, também, um incremento no percentual de reajustes em quase todas as faixas de aumento real (Tabela 4).

Contudo, tanto em 2008 quanto em 2009, a proporção de reajustes com incorporação de aumento real nos serviços é inferior à verificada no quadro geral e nos demais setores considerados.

TABELA 4
Distribuição dos reajustes salariais em serviços em comparação com o INPC-IBGE
Brasil - 2008 e 2009

Variação	2008		2009	
	nº	%	nº	%
Acima do INPC-IBGE	69	59,5	83	71,6
Mais de 5% acima	0	-	3	2,6
De 4,01% a 5% acima	1	0,9	4	3,4
De 3,01% a 4% acima	3	2,6	3	2,6
De 2,01% a 3% acima	9	7,8	11	9,5
De 1,01% a 2% acima	18	15,5	19	16,4
De 0,01% a 1% acima	38	32,8	43	37,1
Igual ao INPC-IBGE	25	21,6	25	21,6
De 0,01% a 1% abaixo	19	16,4	7	6,0
De 1,01% a 2% abaixo	3	2,6	1	0,9
Abaixo do INPC-IBGE	22	19,0	8	6,9
Total	116	100,0	116	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Resultados segundo as atividades econômicas

Na Tabela 5 são apresentadas as proporções de reajustes iguais e acima do INPC-IBGE, em relação ao painel, para um conjunto de atividades econômicas selecionadas.

Dentre as atividades que fazem parte do setor industrial, a comparação entre os resultados de 2008 e 2009 revela uma pequena redução no número de negociações com reajustes iguais e acima do INPC-IBGE para construção e mobiliário, indústria urbana e metalurgia, e a manutenção do comportamento para as demais atividades. Entre estas últimas destacam-se as negociações nas indústrias gráficas, têxteis e do vestuário, nas quais a totalidade dos acordos firmados trouxe reajustes iguais ou superiores ao índice.

No comércio – setor com o menor percentual de reajustes abaixo do INPC-IBGE em 2009 –, merece destaque o varejista e atacadista, que neste ano atingiu 100% de reajustes iguais ou superiores ao patamar inflacionário, resultado melhor que o verificado em 2008.

Nos serviços, a negociação por reajustes salariais garantiu que um número maior de negociações em educação, saúde e turismo e hospitalidade conseguisse no mínimo recompor o INPC-IBGE. Apenas no segmento da comunicação houve redução no percentual de negociações com reajuste nesse patamar: de 93%, observado em 2008, para 80%, em 2009.

TABELA 5
Total de reajustes salariais e número e porcentagem de resultados iguais ou superiores ao INPC-IBGE, por setor e atividade econômica
Brasil - 2008 e 2009

Setor / Atividade Econômica	2008		2009		Painel
	nº	%	nº	%	
INDÚSTRIA	92	93,9	89	90,8	98
Alimentação	13	92,9	13	92,9	14
Construção e Mobiliário	20	100,0	19	95,0	20
Gráfica	8	100,0	8	100,0	8
Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico	16	94,1	15	88,2	17
Química e Farmacêutica	6	75,0	6	75,0	8
Fiação e Tecelagem	7	100,0	7	100,0	7
Urbana	6	75,0	5	62,5	8
Vestuário	10	100,0	10	100,0	10
COMÉRCIO	27	87,1	30	96,8	31
Varejista e Atacadista	19	86,4	22	100,0	22
SERVIÇOS	94	81,0	108	93,1	116
Comunicação, Publicidade e Empresas Jornalísticas	14	93,3	12	80,0	15
Educação	19	82,6	22	95,7	23
Segurança e Vigilância	14	100,0	14	100,0	14
Saúde	7	70,0	8	80,0	10
Transportes	8	100,0	8	100,0	8
Turismo e Hospitalidade	23	74,2	29	93,5	31
Total	213	86,9	227	92,7	245

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: (1) São apresentadas apenas as atividades econômicas com 7 ou mais negociações registradas no painel
(2) Nos totais por setor e total geral da tabela foram consideradas todas as unidades de negociação analisadas no estudo

Uma das inovações proporcionadas pela constituição de um painel fixo de negociações é a análise dos resultados acumulados dos reajustes para longos períodos. Através desse instrumento de pesquisa, futuramente será possível identificar, com maior precisão, as tendências e a evolução da negociação coletiva dos reajustes salariais em determinadas conjunturas históricas.

A Tabela 6 apresenta os resultados acumulados dos reajustes em 2008 e 2009, comparados à inflação calculada pelo INPC-IBGE no período. A partir das informações coletadas, nota-se que 82% das 245 negociações consideradas incorporaram, ao fim da negociação de duas datas-base, aumentos reais nos salários – percentual superior ao observado em cada ano, isoladamente.

A proporção de negociações salariais que culminaram na somatória dos dois últimos anos em percentual de reajuste idêntico ao INPC-IBGE representou menos de 7% do painel.

Quanto aos reajustes insuficientes para recompor o poder de compra dos salários – 11% do painel –, a parcela majoritária se concentrou na faixa dos reajustes entre 0,01 e 1% abaixo do INPC-IBGE.

TABELA 6
Distribuição dos resultados dos reajustes salariais
acumulados no período, em comparação ao INPC-IBGE
Brasil - 2008 a 2009

Variação	Total 2008-2009	
	nº	%
Acima do INPC-IBGE	201	82,0
Mais de 6% acima	11	4,4
De 5,01% a 6% acima	5	2,0
De 4,01% a 5% acima	6	2,4
De 3,01% a 4% acima	17	6,9
De 2,01% a 3% acima	36	14,7
De 1,01% a 2% acima	64	26,1
De 0,01% a 1% acima	62	25,3
Igual ao INPC-IBGE	16	6,5
De 0,01% a 1% abaixo	22	9,0
De 1,01% a 2% abaixo	3	1,2
De 2,01% a 3% abaixo	2	0,8
De 3,01% a 4% abaixo	1	0,4
Abaixo do INPC-IBGE	28	11,4
Total	245	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Modalidades especiais das negociações salariais

No que diz respeito à forma de pagamento dos reajustes salariais, observa-se uma pequena redução no percentual de negociações que estipulam a sua concessão em uma única parcela. No entanto, essa forma mantém-se preponderante: em 2009, foram 94% dos reajustes pagos em uma única parcela, frente aos 97% verificados no ano anterior. Por conseguinte, aumenta o número de negociações com registros de pagamento parcelado do reajuste (Tabela 7).

TABELA 7

Número e percentual de reajustes salariais pagos em uma vez, na data-base ou posteriormente, reajustes parcelados e negociações sem reajuste salarial
Brasil - 2008 e 2009

Condição	2008		2009	
	nº	%	nº	%
Pagamento em uma vez	237	96,7	232	94,7
Pagamento parcelado	8	3,3	13	5,3
em 2 vezes	7	2,9	10	4,1
em 3 vezes	1	0,4	3	1,2
Sem reajuste	0	-	0	-

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: Duas das 13 unidades de negociação que preveem pagamento de forma parcelada estipularam o pagamento da primeira parcela em mês posterior à data-base.

Semelhante estabilidade é perceptível na proporção das negociações com previsão de pagamento de reajustes escalonados e abonos salariais. Nos primeiros semestres de 2008 e 2009, o percentual de reajustes salariais escalonados se manteve em nível parecido – presente em 14% e em 16% das categorias estudadas, respectivamente – e o percentual daqueles pagos junto com abonos salariais manteve-se no patamar de 6%.

De maneira parecida comportaram-se os acordos e convenções coletivas que estabeleceram simultaneamente o escalonamento do reajuste e o pagamento de um abono: permaneceram próximo de 2% do total (Tabela 8).

TABELA 8

Número e porcentagem de casos de escalonamento e de concessão de abono salarial
Brasil - 2008 e 2009

Condição	2008		2009	
	nº	%	nº	%
Total de escalonamentos	33	13,5	38	15,5
Escalonamento sem abono salarial	29	11,8	32	13,1
Abono salarial e escalonamento	4	1,6	6	2,4
Abono salarial sem escalonamento	11	4,5	9	3,7
Total de abonos salariais	15	6,1	15	6,1

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Considerações finais

O desempenho dos reajustes salariais no primeiro semestre de 2009 revela que a crise econômica internacional teve poucos efeitos sobre a negociação coletiva desse item de pauta.

Contudo, a análise por setores econômicos mostra a existência de comportamentos diferenciados no primeiro semestre deste ano. Se no comércio e em serviços foram observados resultados positivos, na indústria, a análise dos reajustes salariais exige maior cautela. Nesse setor verificou-se um aumento no número de reajustes inferiores ao INPC-IBGE – da ordem de 3 pp –, e uma significativa redução na magnitude dos ganhos reais. Entretanto, a proporção dos reajustes com ganhos reais (83%) manteve-se em patamar semelhante ao de 2008 (85%), e superior à observada no comércio (77%) e em serviços (72%).

Alguns fatores podem ser elencados para ajudar a compreender o comportamento dos reajustes no primeiro semestre de 2009. Dentre eles, destacam-se:

- o ajuste das empresas – nos segmentos econômicos e regiões geográficas em que a crise se manifestou com força – ocorreu principalmente pelo expediente da demissão de trabalhadores, e não pelos reajustes salariais das categorias;
- os efeitos da crise na economia brasileira que, ao longo do tempo, foram se configurando menos graves que o observado nos países centrais;
- a trajetória de recuo dos preços apontada pelo INPC-IBGE nos seis primeiros meses de 2009 foi um fator facilitador³ da negociação dos reajustes salariais; e
- a política de valorização do salário mínimo⁴ que impulsionou o reajuste dos menores salários, como observado em algumas categorias, em especial do setor de serviços.

Ademais, é preciso destacar a importante atuação das entidades sindicais dos trabalhadores, que lograram obter em 2009 a elevação do patamar mínimo dos reajustes salariais, expresso pela redução no número de negociações com reajustes inferiores à inflação. Ressalte-se que este resultado foi obtido em detrimento da possível utilização pelos empresários do fator “crise econômica” como argumento dissuasório na negociação coletiva.

Por fim, cabe lembrar que, apesar das incertezas existentes acerca do futuro da economia e, mais especificamente, quanto à duração e dinâmica da atual crise, o mercado de trabalho parece reagir. A divulgação mais recente da PED-DIEESE/Seade⁵ revelou que, após cinco meses de aumento do desemprego ou de sua estabilidade, a taxa de desemprego total voltou a regredir nas regiões onde é calculada. Mantido esse quadro, é de se esperar resultados

³ Nos balanços de reajustes do DIEESE, desde 2003, sempre que a inflação regrediu, os ganhos conquistados pelos trabalhadores foram maiores.

⁴ Em 2009, o salário mínimo foi reajustado em fevereiro em 12,05%, o que representou um aumento real da ordem de 5,79% na comparação com INPC-IBGE.

⁵ Confira a divulgação da pesquisa em:

http://www.dieese.org.br/ped/metropolitana/ped_metropolitana0609.pdf.

ainda mais positivos para o comportamento dos reajustes salariais para o segundo semestre de 2009.

Composição do painel

A distribuição das 245 unidades de negociação analisadas no presente estudo segundo os setores econômicos revela que 47% pertencem aos Serviços, 40% à Indústria e 13% ao Comércio.

A distribuição por tipo de instrumento indica que 91% são convenções coletivas de trabalho⁶ e 9% acordos coletivos de trabalho⁷.

A Tabela 9 apresenta a distribuição segundo as regiões geográficas e Unidades da Federação. A região Sudeste reúne 43% das informações; a Sul, 26%; Nordeste, 16%; Centro-Oeste, 9%; e Norte, 7%. Foram ainda consideradas negociações com abrangência nacional ou inter-regional, que compõem cerca de 1% do painel.

⁶ Convenção Coletiva de Trabalho: documento que resulta das negociações coletivas de trabalho realizadas entre entidades sindicais representativas dos trabalhadores e entidades representativas das empresas.

⁷ Acordo Coletivo de Trabalho: documento que resulta das negociações coletivas de trabalho realizadas entre entidades sindicais representativas de trabalhadores e uma empresa ou conjunto de empresas.

TABELA 9
Distribuição dos reajustes segundo a região geográfica
Brasil - 2008 e 2009

Região/UF	nº	%
Norte	17	6,9
Amazonas	12	4,9
Pará	5	2,0
Nordeste	38	15,5
Bahia	12	4,9
Ceará	8	3,3
Paraíba	4	1,6
Pernambuco	3	1,2
Piauí	1	0,4
Rio Grande do Norte	7	2,9
Sergipe	3	1,2
Centro-Oeste	21	8,6
Distrito Federal	6	2,4
Goiás	11	4,5
Mato Grosso do Sul	4	1,6
Sudeste	106	43,3
Espírito Santo	4	1,6
Minas Gerais	23	9,4
Rio de Janeiro	33	13,5
São Paulo	46	18,8
Sul	60	24,5
Paraná	13	5,3
Rio Grande do Sul	26	10,6
Santa Catarina	21	8,6
Brasil(*)	3	1,2
TOTAL	245	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Nota: (*) Resultados de acordos ou convenções coletivas de trabalho com abrangência inter-regional

A distribuição dos reajustes salariais de acordo com a data-base revela que o mês de maio concentra parcela significativa das informações (29%). A data-base março também deve ser mencionada: concentra 27% do painel estudado (Tabela 10).

TABELA 10
Distribuição dos reajustes por data-base
Brasil - 2008 e 2009

Data-Base	nº	%
Janeiro	41	16,7
Fevereiro	30	12,2
Março	67	27,3
Abril	28	11,4
Maio	72	29,4
Junho	7	2,9
TOTAL	245	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Notas metodológicas

1. As informações que embasam este estudo foram extraídas de acordos e convenções coletivas de trabalho registradas no Sistema de Acompanhamento de Salários – SAS-DIEESE. Os documentos foram remetidos ao DIEESE pelas entidades sindicais envolvidas nas negociações coletivas ou pelos escritórios regionais e subseções (unidades de trabalho do DIEESE que funcionam dentro de entidades sindicais). Complementarmente, também foi considerado o noticiário da imprensa escrita e dos veículos impressos ou virtuais do meio sindical – jornais e revistas de sindicatos representativos de trabalhadores e de entidades sindicais empresariais.
2. Os dados aqui apresentados têm valor indicativo e buscam captar tendências da negociação salarial no país.
3. O painel de informações utilizado não permite extrapolações para além do conjunto exposto neste trabalho, dado que não se trata de amostra estatística.
4. Cada registro do painel refere-se a uma unidade de negociação. Entende-se, por unidade de negociação, cada núcleo de negociação coletiva entre representantes de trabalhadores e empresários que resulta num documento formalizado entre as partes.
5. Foram excluídos desta pesquisa os contratos assinados por entidades representativas de trabalhadores rurais e de funcionários públicos. Isto se deve às peculiaridades da dinâmica e dos resultados das negociações dessas categorias, que diferem significativamente das desenvolvidas nos demais setores econômicos.
6. O foco exclusivo das análises realizadas nesta pesquisa são as negociações por reajuste dos salários diretos. Não faz parte das pretensões deste trabalho, portanto, a abordagem dos efeitos de vantagens compensatórias acordadas sob a forma de remuneração indireta ou variável (auxílios e adicionais).
7. Os reajustes aplicados aos pisos salariais são frequentemente mais elevados do que os incidentes sobre as faixas de remuneração superiores. Para a elaboração deste estudo, foram desconsiderados os percentuais de reajuste dirigidos exclusivamente aos pisos.
8. No caso de reajustes salariais escalonados por faixas de remuneração, foi registrado o percentual incidente sobre o menor salário ou, quando disponível a informação, sobre a faixa salarial mais abrangente.

Rua Ministro Godói, 310
CEP 05001-900 São Paulo, SP
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Direção Executiva

Tadeu Moraes de Sousa - Presidente
STI Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos de São Paulo e Mogi das Cruzes
Alberto Soares da Silva – Vice-presidente
STI de Energia Elétrica de Campinas
João Vicente Silva Cayres – Secretário Sindicato dos Metalúrgicos do ABC
Antonio Sabóia B. Junior – Diretor
SEE Bancários de São Paulo, Osasco e Região
Antonio de Sousa – Diretor
STI Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região
Paulo de Tarso G. B. Costa – Diretor
Sindicato dos Eletricitários da Bahia
José Carlos de Souza – Diretor
STI de Energia Elétrica de São Paulo
Carlos Donizeti França de Oliveira – Diretor
Femaco – FE em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo
Mara Luzia Feltes – Diretora
SEE Assessoramentos, Perícias, Informações, Pesquisas e Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul
Zenaide Honório – Diretora
Sindicato dos Professores do Ensino Oficial de São Paulo (Apeoesp)
Pedro Celso Rosa – Diretor
STI Metalúrgicas, de Máquinas, Mecânicas, de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas de Curitiba
Josinaldo José de Barros – Diretor
STI Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos, Arujá, Mairiporã e Santa Isabel
Antonio Eustáquio Ribeiro – Diretor
SEE Bancários de Brasília -

Direção técnica

Clemente Ganz Lúcio – diretor técnico
Ademir Figueiredo – coordenador de estudos e desenvolvimento
José Silvestre Prado de Oliveira – coordenador de relações sindicais
Francisco J.C. de Oliveira – coordenador de pesquisas
Nelson de Chueri Karam – coordenador de educação
Claudia Fragozo dos Santos – coordenadora administrativa e financeira

Equipe técnica

Eliana Elias
Luís Augusto Ribeiro Costa
Paulo Jager
Rafael Soares Serrao
Vera Mattar Gebrim

Equipe de apoio

Felipe Guarnieri (estagiário)
Iara Heger (revisão)